

5º Congresso Mineiro da Assemae

PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARTICIPATIVOS

Tatiana Santana Timóteo Pereira
Analista de Infraestrutura em Saneamento
Ministério das Cidades

São Lourenço, 11/08/2016.

SANEAMENTO BÁSICO

A Lei n° 11.445/2007 define saneamento básico como o conjunto das ações de



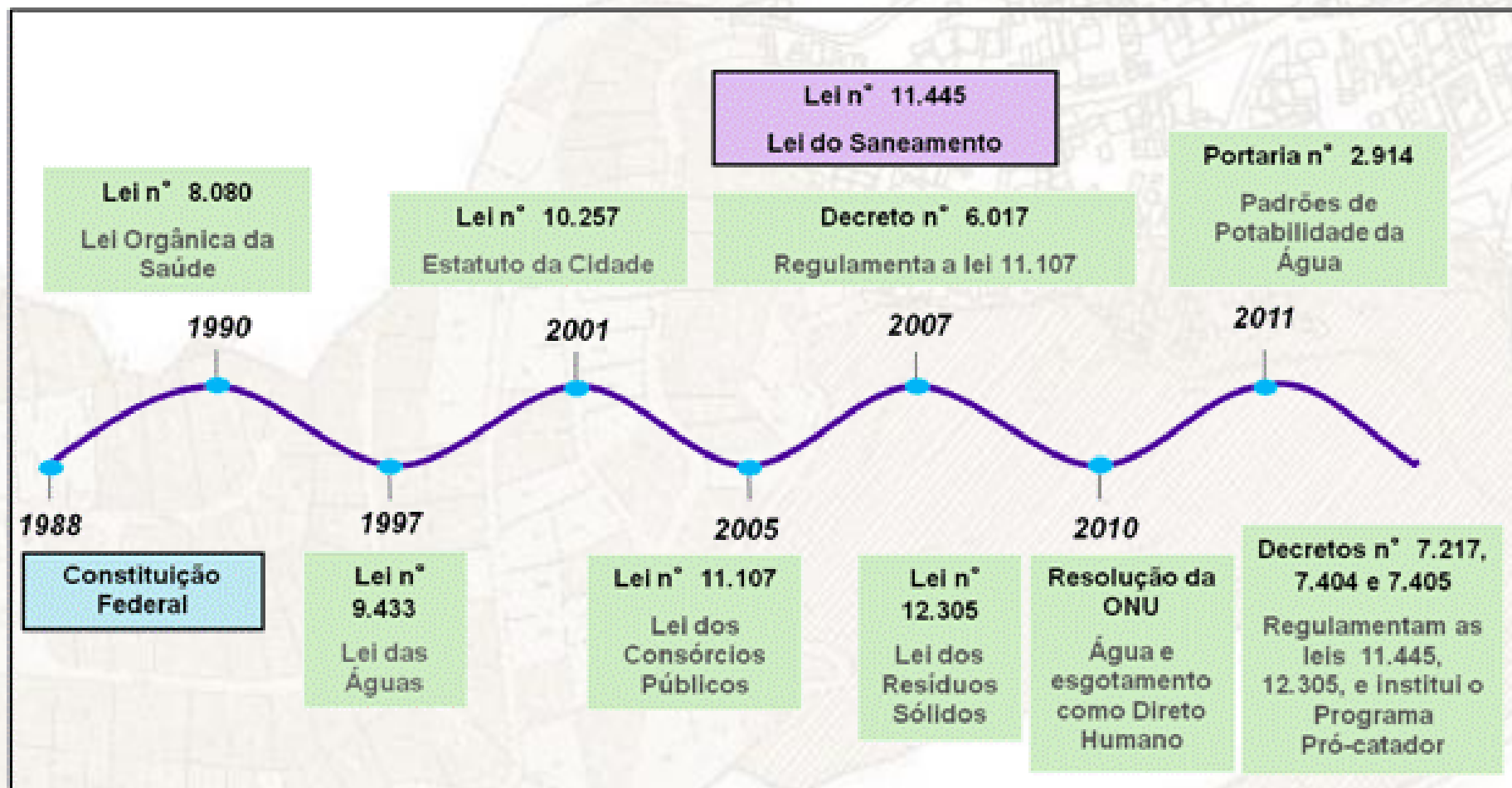
Abastecimento de Água

Esgotamento Sanitário

Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas

Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos

Histórico normativo do saneamento básico e de alguns setores afins



O DIREITO À PARTICIPAÇÃO

Constituição Federal

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

(...).

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O DIREITO À PARTICIPAÇÃO

Lei do Saneamento – nº 11.445/2007

Controle social como um princípio do saneamento básico (inciso X, art. 2º).

Art. 9º O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto: (...)

V - estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso IV do caput do art. 3º desta Lei;

Art. 11. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico: (...)

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;

O DIREITO À PARTICIPAÇÃO

Decreto nº 7.217/2010

Ao Sistema Único de Saúde - SUS, por meio de seus órgãos de direção e de controle social, compete participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico, por intermédio dos planos de saneamento básico (§ 3º, art. 23).

O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá ser instituído pelos seguintes mecanismos (art. 34.):

I - debates e audiências públicas;

II - consultas públicas;

III - conferências das cidades; ou

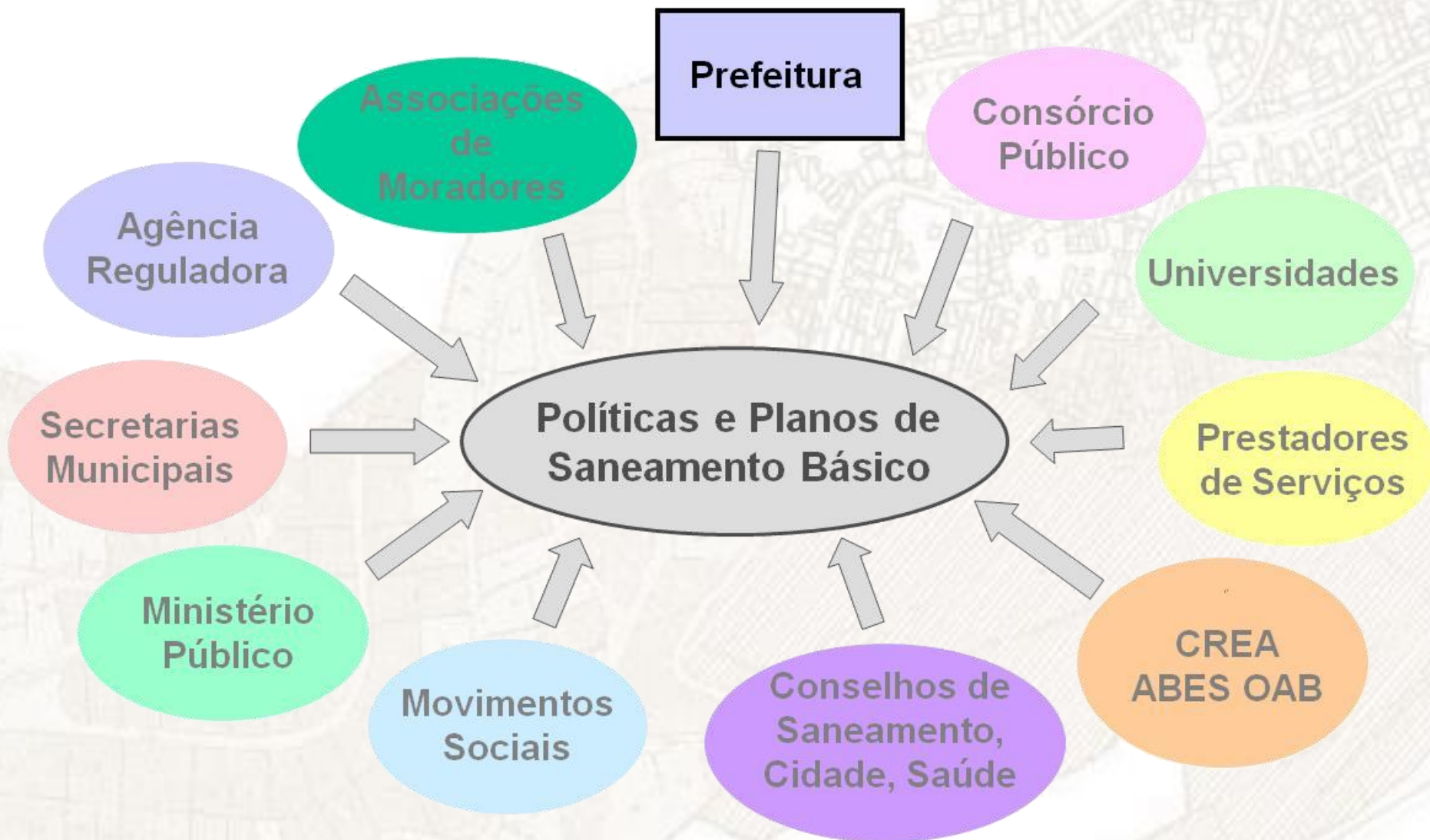
IV - participação de órgãos colegiados de caráter consultivo na formulação da política de saneamento básico, bem como no seu planejamento e avaliação.

O DIREITO À PARTICIPAÇÃO

Decreto nº 7.217/2010 (cont. art. 34)

- ✓ As audiências públicas devem se realizar de modo a possibilitar o acesso da população, podendo ser realizadas de forma regionalizada.
- ✓ As consultas públicas devem ser promovidas de forma a possibilitar que qualquer do povo, independentemente de interesse, ofereça críticas e sugestões, devendo tais consultas ser adequadamente respondidas.
- ✓ Nos órgãos colegiados, é assegurada a participação:
 - I - dos titulares dos serviços;
 - II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;
 - III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;
 - IV - dos usuários de serviços de saneamento básico; e
 - V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

ATORES SOCIAIS



PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO

“**Universalidade** supõe que todos os brasileiros tenham acesso igualitário ao saneamento básico, sem barreiras de qualquer natureza.

A **equidade** possibilita a concretização da justiça, com a prestação de serviços destacando um grupo ou categoria essencial alvo especial das intervenções.

E a **integralidade**, ao orientar a política de saneamento básico, tende a reforçar a intersetorialidade e a construção de uma nova governança na gestão de políticas públicas” (BRASIL, 2011 adaptado de PAIM, 2011).

PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO

Intersetorialidade

“articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;” (BRASIL, 2007).

Tecnologia apropriada

Participação e controle social

O DIREITO HUMANO À ÁGUA E AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Por recomendação da Bolívia, em 2010 a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de sua Assembleia Geral, e de seu Conselho de Direitos Humanos, incluiu o saneamento no rol dos direitos humanos a partir de uma proposta da Bolívia (ONU, 2010). O Brasil é signatário das Resoluções.

Contemplar a dimensão dos direitos humanos requer:

- (i) abordagem das questões de gênero, étnico-raciais e de renda da população sem acesso aos serviços.
- (ii) assegurar o acesso independente da situação fundiária.



CANDIDO PORTINARI. MORRO, 1933.



GÊNERO E SANEAMENTO BÁSICO

Lata d'água

Luis Antônio e Jota Jr, 1952.
(Marchinha de Carnaval)



Lata d'água na cabeça
Lá vai Maria, lá vai Maria
Sobe o morro e não se cansa
Pela mão leva a criança
Lá vai Maria

Maria lava roupa lá no alto
Lutando pelo pão de cada dia
Sonhando com a vida do asfalto
Que acaba onde o morro principia

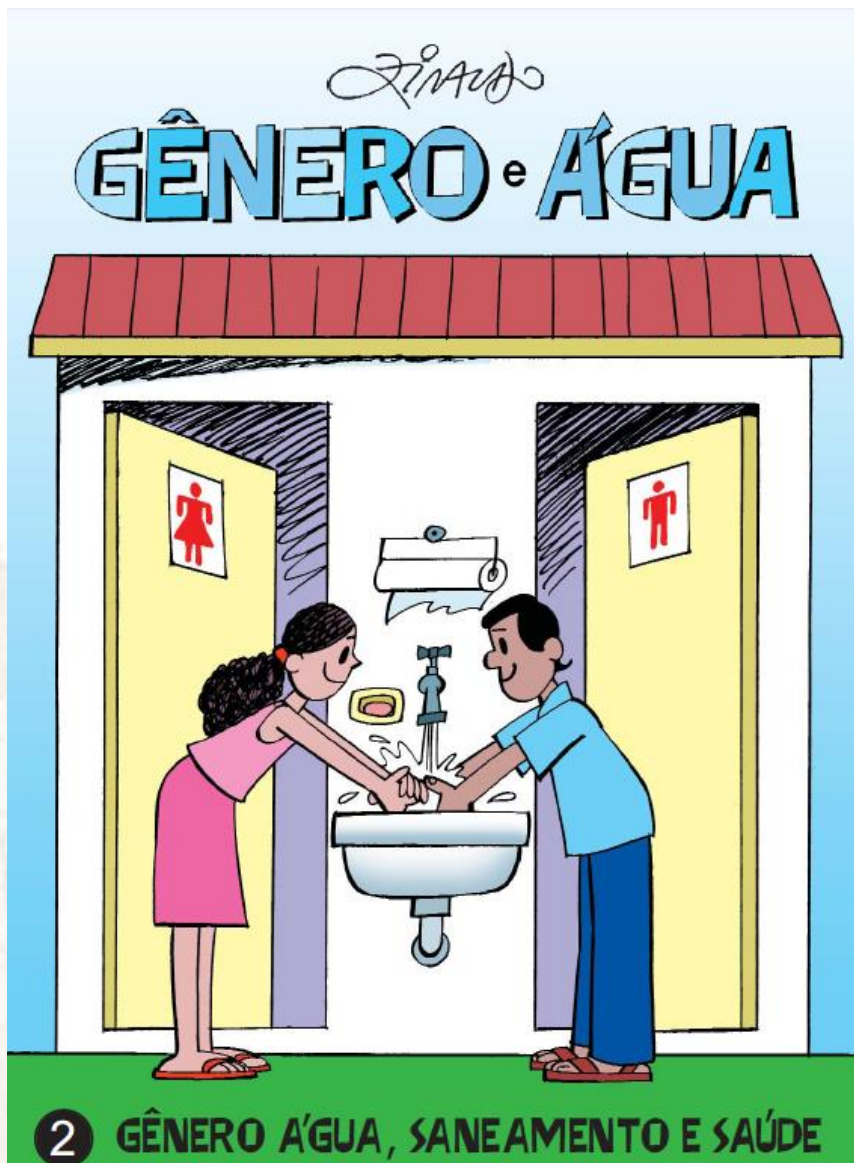


Candido Portinari. Favela, 1957.

SANEAMENTO BÁSICO E SAÚDE



EDUCAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO



Resolução 12/2005 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, da Secretaria de Direitos Humanos.



Plano Nacional de Saneamento Básico

Plansab

1	Introdução	23
2	Bases legais e competências institucionais	27
3	Princípios fundamentais	33
4	Análise situacional	41
4.1	<i>Deficit</i> em saneamento básico	41
4.2	Investimentos em saneamento básico	67
4.3	Programas e ações do Governo Federal	96
4.4	Avaliação político-institucional	106
5	Cenários para a política de saneamento básico no País	133



Plano Nacional de Saneamento Básico

Plansab

6 Metas de curto, médio e longo prazos.....	145
7 Necessidades de investimentos	157
8 Macrodiretrizes e estratégias.....	173
8.1 Macrodiretrizes	173
8.2 Estratégias.....	176
9 Programas	187
9.1 Programa 1: Saneamento básico integrado.....	192
9.2 Programa 2: Saneamento rural	195
9.3 Programa 3: Saneamento estruturante	197
9.4 Critérios de seleção e hierarquização das demandas aos Programas.....	199

10 Monitoramento, avaliação sistemática e revisão do plano	207
--	-----



Saneamento básico – Atendimento e déficit

COMPONENTE	ATENDIMENTO ADEQUADO		DEFICIT			
			Atendimento precário		Sem atendimento	
	(x 1.000 hab)	%	(x 1.000 hab)	%	(x 1.000 hab)	%
Abastecimento de água	112.497 ⁽¹⁾	59,4	64.160	33,9	12.810	6,8
Esgotamento sanitário	75.369 ^{(2) (3)}	39,7	96.241	50,7	18.180	9,6
Manejo de resíduos sólidos	111.220 ⁽⁴⁾	58,6	51.690 ⁽⁵⁾	27,2	26.880	14,2



Política municipal de saneamento básico

Lei do Saneamento – nº 11.445/2007

Art. 9º O titular dos serviços formulará a política de saneamento básico

I - elaborar os planos de saneamento básico

II - prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização

III - parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água

IV - direitos e os deveres dos usuários

V - mecanismos de controle social

VI - sistema de informações sobre os serviços articulado com o Nacional

VII – critérios para intervenção e retomada da operação dos serviços



AVALIAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE SANAMENTO BÁSICO

Planos selecionados

Região (n° de planos)'	UF (n° de planos)	Municípios	Ano de elaboração	Parceria	Custo R\$	Componentes do Saneamento	Consultoria
Centro Oeste (2)	GO (1)	Senador Canedo	2007	-	-	2	Instituto UNIEMP ⁽¹⁾
	MT (1)	Tangará da Serra	2009	-	-	2	Divicon Construtora e Inc.
Nordeste (4)	BA (2)	Alagoinhas	2004	Petrobrás e ONG Avina	248.000,00	4	UFBA
		Salvador	2010	-	-	2	Fundação Instituto de Administração e Fundação Escola Politécnica
	CE (1)	Morada Nova	2008	FUNASA	250.108,32	4	RMS Engenharia
	RN (1)	Parnamirim	2009			4	Start Pesquisa e Consultoria Técnica

(1) Instituto UNIEMP – Fórum Permanente das Relações Universidade Empresas.

Região (nº de planos)'	UF (nº de planos)	Municípios	Ano de elaboração	Parceria	Custo R\$	Componentes do Saneamento	Consultoria
Norte (2)	RO (1)	Ariquemes	2009	FUNASA	126.000,00	4	RMS Engenharia
	RR (1)	Boa Vista	2011	MCidades (PAC 1)	6.000.000,00	4	ARCHITECH Consultoria e Planejamento; Escritório de Advocacia Luiz Torreão Brás
Sudeste (6)	ES (1)	Serra	2012	-	-	4	-
	MG (3)	Belo Horizonte	2001	-	0	4	-
		Buritis	2009	COPASA	-	2	-
		Ouro Branco	2011	-	126.000,00	4	Fundação da UFV
	RJ (1)	Rio de Janeiro	2011	-	-	2	_(2)
	SP (1)	São Paulo	2010	-	-	2	-
Sul (4)	PR (1)	Toledo	2010	SANEPAR	-	2	-
	RS (1)	Caseiros	2011	-	0	4	-
	SC (2)	Blumenau	2009	-	-	4	-
		Bombinhas	2010	-	-	4	-
Total: 18 planos							

(2) Em ata do CONSEMAC foi registrado que haveria contratação, mas a prefeitura informou que não houve.

População

<i>Região</i>	<i>UF</i>	<i>Município</i>	<i>População (hab)²</i>	<i>Região</i>	<i>UF</i>	<i>Município</i>	<i>População (hab)²</i>
<i>CO</i>	<i>GO</i>	Senador Canedo	84.443	<i>S</i>	<i>RS</i>	Caseiros	3.007
	<i>MT</i>	Tangará da Serra	83.431		<i>SC</i>	Blumenau	309.011
<i>N</i>	<i>RO</i>	Ariquemes	90.353			Bombinhas	14.293
	<i>RR</i>	Boa Vista	284.313	<i>ES</i>	Serra	409.267	
<i>NE</i>	<i>BA</i>	Alagoinhas	141.949			Belo Horizonte	2.375.151
		Salvador	2.675.656	<i>MG</i>	Buritis	22.737	
	<i>CE</i>	Morada Nova	62.065	<i>SE</i>	Ouro Branco	35.268	
<i>S</i>	<i>RN</i>	Parnamirim	202.456	<i>RJ</i>	Rio de Janeiro	6.320.446	
	<i>PR</i>	Toledo	119.313	<i>SP</i>	São Paulo	11.253.503	

The background of the slide is a light-colored, semi-transparent map of a city. The map shows a grid of streets and building footprints. A large, irregular area in the lower right portion of the map is shaded in a darker, textured brown color, possibly representing a specific urban zone or a project area. The word "Resultados" is centered over the map.

Resultados

Categoria: Universalidade

Categoria: Universalidade	Municípios																	
	CO	NE				N	SE				S							
	Senador Canedo / GO	Tangará da Serra / MT	Alagoinhas / BA	Salvador / BA	Morada Nova / CE	Parnamirim / RN	Ariquemes / RO	Boa Vista / RR	Serra/ES	Belo Horizonte / MG	Buritit / MG	Ouro Branco / MG	Rio de Janeiro / RJ	São Paulo / SP	Toledo / PR	Caseiros / RS	Blumenau / SC	Bombinhas / SC
princípio ou objetivo	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu
solução	Atendeu parcialmente	Não atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Não atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu
apropriação da solução ou serviço	Atendeu	Não atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Não atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Não atendeu	Atendeu	Atendeu	Não atendeu	Não atendeu	Não atendeu	Não atendeu	Não atendeu	Não atendeu
características da população sem acesso	Atendeu	Não atendeu	Atendeu	Atendeu	Não atendeu	Não atendeu	Não atendeu	Não atendeu	Atendeu	Não atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Não atendeu	Não atendeu	Não atendeu	Não atendeu
metas para a universalização	Não atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Não atendeu	Não atendeu	Atendeu	Atendeu	Não atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu
instrumentos/investimentos p/universalizar	Não atendeu	Não atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Não atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Atendeu	Não atendeu	Não atendeu	Não atendeu	Atendeu

Legenda:



Atendeu



Atendeu parcialmente



Não atendeu

Categoria: Tecnologia Apropriada

Categoria: Tecnologia apropriada	Municípios																	
	CO		NE			N		SE				S						
	Senador Canedo / GO	Tangará da Serra / MT	Alagoinhas / BA	Salvador / BA	Morada Nova / CE	Parnamirim / RN	Ariquemes / RO	Boa Vista / RR	Serra/ES	Belo Horizonte / MG	Buritit / MG	Ouro Branco / MG	Rio de Janeiro / RJ	São Paulo / SP	Toledo / PR	Caseiros / RS	Blumenau / SC	Bombinhas / SC
Subcategorias:																		
peculiaridades locais e regionais	Yellow	Pink	Green	Yellow	Green	Green	Green	Yellow	Green	Green	Pink	Green	Yellow	Green	Pink	Yellow	Pink	Green
tecnologias amb. sustentáveis	Pink	Pink	Green	Pink	Green	Green	Green	Yellow	Yellow	Pink	Green	Pink	Green	Pink	Yellow	Pink	Green	

Categoria: Sustentabilidade

Categoria: Sustentabilidade da Política e/ou do Plano	Municípios																	
	CO		NE				N		SE				S					
	Senador Canedo / GO	Tangará da Serra / MT	Alagoinhas / BA	Salvador / BA	Morada Nova / CE	Parnamirim / RN	Ariquemes / RO	Boa Vista / RR	Serra/ES	Belo Horizonte / MG	Buritit / MG	Ouro Branco / MG	Rio de Janeiro / RJ	São Paulo / SP	Toledo / PR	Caseiros / RS	Blumenau / SC	Bombinhas / SC
divulgação do plano e dos estudos																		
assoc. e entid. repr. dos segmentos																		
população em diversas localidades																		
participação da população rural																		
aud. ou consulta c/rec. de sugestões																		
aprovação por órgão (s) colegiado (s)																		
intensidade de participação*	0	0	4	1	4	3	4	3	1	1	1	4	2	1	1	2	1	3
previsão de part. na implementação																		
instrumento de aprovação do plano																		

*Intensidade de participação definida com base nos critérios da tabela a seguir.

Nível de participação cidadã

Nível	Descrição
0 Nenhuma	A comunidade não participa na elaboração do plano.
1 A comunidade recebe a informação	A comunidade é informada do plano municipal e espera-se a sua conformidade.
2 A comunidade é consultada	Para promover o plano, a administração busca apoios que facilitem sua aceitação e o cumprimento das formalidades que permitam a sua aprovação.
3 A comunidade opina	A administração convida a comunidade a contribuir no diagnóstico e também para conhecer o plano já elaborado, esperando modificá-lo só no estritamente necessário.
4 Elaboração conjunta	A administração convida a comunidade a contribuir no diagnóstico e também para conhecer uma versão preliminar do plano, a ser modificada, esperando que o seja em certa medida.
5 A comunidade tem poder delegado para elaborar	A administração apresenta a informação à comunidade junto com um contexto de soluções possíveis, convidando-a a tomar decisões que possam ser incorporadas ao plano.
6 A comunidade controla o processo	A administração procura a comunidade para que esta diagnostique a situação e tome decisões sobre objetivos a alcançar no plano.

The background of the slide is a light-colored, semi-transparent map of a city. The map shows a grid of streets and several irregularly shaped areas. One large area in the lower right is shaded with a fine, diagonal hatching pattern. The text 'Discussão dos resultados' is centered over the map.

Discussão dos resultados

Discussão dos resultados

Quatro planos se destacaram por atenderem a um maior número de categorias: Alagoinhas/BA, Morada Nova/CE, Ariquemes/RR e Ouro Branco/MG.

1. Também foram esses os planos mais participativos;
2. Adotaram algumas diretrizes de escolas de planejamento;
3. Institucionalidade do “triângulo de governo”;
4. Foram elaborados por universidades ou com apoio da FUNASA;
5. Custo entre R\$ 126.000,00 e R\$ 250.108,32;
6. População entre 35 mil e 140 mil habitantes;
7. Planos para os quatro componentes do saneamento.

Discussão dos resultados

Quatro planos se destacaram por não atenderem a maioria das subcategorias para 6 ou 7 categorias: **Senador Canedo/GO, Tangará da Serra/MT, Buritis/MG e Toledo/PR.**

1. Dois desses planos não tiveram qualquer atividade de participação social, e outros dois apenas uma audiência pública pouco divulgada e pouco representativa;
2. Dois deles foram elaborados a partir de “modelos de plano” de companhias estaduais, e um deles por uma construtora;
3. Baixa institucionalidade do “triângulo de governo”;
4. Planos setoriais de água e esgotos.

Discussão dos resultados

Cinco planos eram de capitais: Salvador, Boa Vista, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Nenhum deles se destacou.

Sete deles eram de regiões metropolitanas: Senador Canedo, Salvador, Parnamirim, Serra, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Parnamirim foi o mais abrangente e também o mais participativo.

Nove planos foram elaborados por equipe própria da prefeitura: Serra, Belo Horizonte, Buritis*, Rio de Janeiro, São Paulo, Toledo*, Caseiros, Blumenau e Bombinhas.

O plano de Bombinhas apresentou um capítulo sobre as dificuldades do processo: fornecimento de dados pela CASAN e CELESC, sobrecarga de trabalhos dos técnicos, ausência de dados epidemiológicos por bairros, escassez de referências.

*Planos elaborados a partir do “modelo” dos prestadores.

The background of the slide is a light-colored, semi-transparent map of a city. The map shows a network of streets and a winding river. A large, irregularly shaped area in the lower right portion of the map is shaded with a fine, cross-hatched pattern. The text 'Considerações finais' is centered over the map.

Considerações finais

Considerações finais

1. Grandes desafios para elaborar e revisar os planos - aprendizado com as experiências;
2. Fomentar a elaboração de políticas e planos que possam de fato contribuir para melhorar e promover qualidade de vida para a população, e ampliar os serviços e sua qualidade;
3. Metodologias de planejamento adequadas ao setor público – PLANSAB;
4. Importância de incorporar os princípios da Lei de Saneamento nas políticas e planos;
5. Aprovação e implementação das políticas municipais de saneamento;
6. Fortalecimento da capacidade de gestão dos municípios;
7. Ampliação da sustentabilidade das políticas e planos, aprimorando os mecanismos de participação social.

The background of the slide is a light-colored, semi-transparent map of a city grid. The map shows a complex network of streets and blocks, with a prominent diagonal road cutting through the center. The overall tone is a pale beige or cream color.

Recomendações

Recomendações

1. Aos municípios que já possuem plano: avaliação e monitoramento sistemático; aprimoramento e incorporação de aspectos não observados; adoção de métodos de planejamento e de participação social.
2. Aos municípios que não possuem plano: observar dificuldades e problemas enfrentados nas experiências existentes e os aspectos elencados nesse e em outros trabalhos.
3. Aos governos estaduais: busca de estratégias e mecanismos para apoiar os municípios sem comprometer a autonomia e coordenação atribuída aos titulares.
4. Ao governo federal: fortalecimento dos mecanismos técnicos e financeiros para apoio à elaboração de planos; *check list* para avaliar planos.
5. Aos pesquisadores e profissionais: aprofundamento sobre o uso de metodologias de planejamento e de processos participativos.

- Proibido pisar na grama!
- E na dignidade, não?



A faint, light-colored map of a city grid is visible in the background, showing streets and building footprints. The map is centered on the text.

Obrigada!

tatiana.pereira@ciudades.gov.br